

27º ENCONTRO DE DELEGADOS DO SERJUSMIG

AÇÕES COLETIVAS EM DESTAQUE

Atualizadas até 03/09/2026

Objeto	Síntese	Número do Processo
MANDADO DE SEGURANÇA – 33% APOSENTADOS	Mandado de Segurança Coletivo impetrado pelo SERJUSMIG, onde se pretende garantir acréscimo de 33%, nos proventos dos servidores da Classe B que aposentaram no período entre 07.12.2019 e 29.12.2022.	Processo n.º 0957503-43.2025.8.13.0000 A segurança foi denegada em 1ª instância. Interpusemos Embargos de Declaração, que não foram acolhidos. Interpusemos Agravo Interno, não provido. Prazo aberto para recurso.
MANDADO DE SEGURANÇA – OPÇÃO 8 HORAS EXONERADOS E NÃO NOMEADOS AO CARGO DE GERENTE	Mandado de Segurança Coletivo impetrado pelo SERJUSMIG visa garantir a todos os servidores da Classe B, exonerados ou não nomeados ao cargo de gerente, o direito à opção pela jornada de 8 horas.	Processo n.º 4401527-74.2024.8.13.0000 A segurança foi denegada em 1ª instância. Recurso Ordinário, não conhecido. Agravo Interno, não provido. Transitou em julgado. Processo baixado.
MANDADO DE SEGURANÇA – SISTEMÁTICA DE CÁLCULO DOS REFLEXOS DAS SUBSTITUIÇÕES	Mandado de Segurança Coletivo do SERJUSMIG busca garantir aos servidores que fazem substituição o recebimento de reflexos remuneratórios, como 13º, férias na base de cálculo do padrão PJ-77.	Processo n.º 3927019-28.2024.8.13.0000 A segurança foi denegada em 1ª instância. Não conhecido o Recurso Ordinário. Interpusemos Agravo Interno, negado o provimento ao recurso. Transitou em julgado. Processo baixado.
MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO – DIVULGAÇÃO SALÁRIO – LGPD	Mandado de Segurança visa impedir a divulgação de nomes e salários individualizados de servidores, em respeito à LGPD e à EC nº 115/22, garantindo a proteção da intimidade e privacidade	Processo n.º 1131683-43.2022.8.13.0000 A segurança foi denegada em 1ª instância. Recurso Ordinário interposto. Recurso aguarda julgamento.
AÇÃO COLETIVA – REAVER VALORES DESCONTADO DE IRPF INDEVIDAMENTE SOBRE JUROS MORATORIOS EM RPVs E PRECATÓRIO	Ação para reaver valores descontados indevidamente de IRPF sobre juros moratórios em RPVs e precatórios, conforme o Tema 808 do STF.	Processo n.º 5172436-33.2021.8.13.0024 Pedido procedente em 1ª instância. O Estado apresentou apelação. O processo foi direcionado para audiência de conciliação. Estado solicitou cancelamento da audiência, informando sobre o pedido administrativo de pagamento diretamente na folha dos

		servidores. Não houve apresentação de acordo dentro dos autos. Dessa forma, peticionamos solicitamos julgamento do recurso. Recurso aguarda julgamento.
AÇÃO COLETIVA SERJUSMIG FAIXA DE ISENÇÃO DA PREVIDÊNCIA.	Ação pleiteia a aplicação correta da faixa de isenção da previdência de 3 salários mínimos nos contracheques dos aposentados sindicalizados, com devolução dos valores cobrados indevidamente.	Processo n.º 5088852-68.2021.8.13.0024 Pedidos foram julgados improcedentes, o Recurso de Apelação negado, e o Recurso Especial inadmitido. Transitou em julgado.
AÇÃO COLETIVA – COBRANÇA DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE ATRASO NO PAGAMENTO DAS DATAS BASE DE 2014/2015/2016/2017	Ação coletiva pleiteia a obter da correção monetária e juros de mora pelo atraso no pagamento da Data-Base dos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017.	Processo n.º 5114240-41.2019.8.13.0024 Acordo homologado, com pagamento pelo TJMG no contracheque de agosto de 2024 (creditado em 01/09/2024) e pelo TJ Militar em folha suplementar de outubro de 2025.
AÇÃO COLETIVA - SUSPENSÃO CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE HORAS EXTRAS	Ação visa suspender a incidência de contribuição previdenciária sobre horas extras e obter a restituição dos valores descontados nos últimos cinco anos.	Processo n.º 5031458-74.2019.8.13.0024 Pedido procedente. Transitou em julgado. Cumprimento de sentença será individual, com envio de documentos conforme orientações publicadas pelo SERJUSMIG em 18/04/2024.
AÇÃO SUSPENSÃO DESCONTO INDEVIDO 1,6% - IPSEMG SAÚDE	Ação pleiteia a suspensão do desconto de 1,6% sobre remuneração excedente ao teto para o IPSEMG Saúde, com devolução dos valores dos últimos cinco anos.	Processo n.º 5120710-25.2018.8.13.0024 Processo sobrestado, aguardando julgamento de paradigma.
AÇÃO COLETIVA - HORA EXTRA E ADICIONAL NOTURNO - CEPLAN	Ação visa garantir o acréscimo de 50% sobre horas extras e adicional noturno de 20% aos servidores em plantão no CEPLAN (Central de Plantão Judicial), com opção de banco de horas ou pagamento em pecúnia.	Processo n.º 5075154-68.2016.8.13.0024 Pedidos julgados improcedentes. Recurso julgado improcedente. Embargos de declaração interpostos, não colhidos. Recurso Especial e Extraordinário, inadmitido. Interpusemos agravo em RESP E REXT, aguardando julgamento.
AÇÃO 33% - OFICIAIS DE APOIO B	Ação visa garantir o acréscimo de 33% nos vencimentos dos Oficiais de Apoio Judicial, Classe B, com jornada de 8 horas, em respeito à irredutibilidade salarial.	Processo n.º 5185191-65.2016.8.13.0024 Sentença com julgamento improcedente do pedido, cassada. Processo remetido à origem para novo julgamento. Migrado para o EPROC. Sentença julgada improcedente. Interpusemos Apelação. Recurso aguarda julgamento.
AÇÃO COBRANÇA RETROATIVO DO MANDADO DE SEGURANÇA DOS SUBSTITUTOS - OFICIAS DE APOIO "B"	Ação visa cobrar as parcelas remuneratórias não pagas corretamente no padrão PJ-70, referentes aos 5 anos anteriores ao Mandado de Segurança impetrado em 18/06/2009 (1.0000.09.499713-7/000).	Processo n.º 6104316-28.2015.8.13.0024 Cumprimento de sentença individual, com envio de documentos conforme orientações do SERJUSMIG publicadas em 31/07/2023.

AÇÃO COLETIVA - HORA EXTRA E ADICIONAL NOTURNO - PLANTÕES INTERIOR - PORTARIA 1724/05.	Ação pleiteia o pagamento de horas extras e adicional noturno aos servidores que atuaram em plantões de habeas corpus no interior entre maio/2005 e novembro/2008, conforme Portaria 1724/05.	Processo n.º 7804833-24.2005.8.13.0024 Sentença parcialmente procedente. Processo em liquidação de sentença. Nomeado o perito. O Estado interpôs Agravo de Instrumento. Aguardando julgamento.
AÇÃO COLETIVA - HORA EXTRA E ADICIONAL NOTURNO - PLANTÕES INTERIOR - PORTARIA 2482/10.	Ação pleiteia o pagamento de horas extras e adicional noturno aos servidores em plantões de habeas corpus no interior, conforme Portaria 2482/10.	Processo n.º 1335020-33.2012.8.13.0024 Revogada a realização de perícia. Agravo de Instrumento, não conhecido. Interpusemos Agravo Interno. Aguardando julgamento.
AÇÃO DE CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE O PAGAMENTO EM ATRASO DA PROMOÇÃO VERTICAL DO ANO DE 2006 (PV 2006)	Ação visa cobrar juros de mora e correção monetária e sobre o atraso do pagamento da PV 2006.	Processo n.º 2685367-14.2011.8.13.0024 Pedidos julgados procedentes. Transitado em julgado. O SERJUSMIG negocia junto ao TJMG o pagamento administrativo nos contracheques dos servidores.
AÇÃO DE CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE O PAGAMENTO EM ATRASO DA PROMOÇÃO VERTICAL DO ANO DE 2008 (PV 2008)	Ação visa cobrar juros de mora e correção monetária e sobre o atraso do pagamento da PV 2008.	Processo n.º 2747108-21.2012.8.13.0024 Pedidos julgados procedentes. Transitado em julgado. O SERJUSMIG negocia junto ao TJMG o pagamento administrativo nos contracheques dos servidores. Considerando que o Tribunal não se manifestou, em tempo hábil, acerca do pagamento dos valores na via administrativa, será iniciado o cumprimento de sentença Cumprimento de sentença individual, com envio de documentos conforme orientações do SERJUSMIG publicada em 19/06/2026. O prazo para envio da documentação é até 15/08/2026. Os servidores filiados que não enviaram tempestivamente os documentos, foi realizado cumprimento de sentença coletivo diretamente nos autos do processo em 31/08/2026.
AÇÃO COLETIVA- CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS SOBRE ATRASO NO PAGAMENTO DA DATA BASE DE 2011	Ação visa cobrar a correção monetária e juros de mora pelo atraso do pagamento da Data-Base de 2011.	Cumprimento de sentença n.º 5026638-80.2017.8.13.0024 Pedidos julgados procedentes. Transitado em julgado. Determinada a expedição de alvará. Após conferência dos valores depositados nos autos, constatou que falta alguns servidores. Decisão mandou intimar o Estado para

		comprovar o pagamento de todos os servidores relacionados pelo escritório.
AÇÃO COLETIVA – CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS SOBRE ATRASO NO PAGAMENTO DOS 6 NÍVEIS	Ação visa cobrar a correção monetária e juros de mora pelo atraso no pagamento dos 6 níveis da Lei 16.645/07.	Processo n.º 2950068-97.2011.8.13.0024 Pedidos julgados procedentes. Transitado em julgado. O SERJUSMIG negocia junto ao TJMG o pagamento administrativo nos contracheques dos servidores.
AÇÃO COLETIVA - CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS SOBRE ATRASO NO PAGAMENTO DO ADE	Ação visa cobrar a correção monetária e juros de mora pelo atraso no pagamento do ADE do período de 2008 a setembro de 2010.	Processo n.º 2685359-37.2011.8.13.0024 Pedidos julgados procedentes. Transitado em julgado. O SERJUSMIG negocia junto ao TJMG o pagamento administrativo nos contracheques dos servidores.
AÇÃO COLETIVA – DESCONTO INDEVIDO DE IMPOSTO DE RENDA SOBRE AUXÍLIO CRECHE	Ação visa a sustação dos descontos indevidos de IRPF sobre auxílio-creche e restituição dos valores descontados nos últimos 5 anos.	Processo n.º 2269941-61.2010.8.13.0024 Pedidos julgados procedentes em 1ª e 2ª Instância. Processo migrado para o Eproc. Iniciado o cumprimento de sentença.
AÇÃO COLETIVA – SUSPENSÃO CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA (11%) SOBRE SUBSTITUIÇÕES	Ação visa reconhecer o direito dos servidores que exercem substituição, de modo que a remuneração correspondente não integre a base de cálculo para fins de contribuição previdenciária (11%).	Processo n.º 7252712-37.2009.8.13.0024 Pedidos julgados procedentes. Transitado em julgado. O SERJUSMIG negocia junto ao TJMG o pagamento administrativo nos contracheques dos servidores.
AÇÃO COLETIVA - AÇÃO URV ELEITORAL	O objeto da presente ação tem finalidade de determinar o pagamento das diferenças remuneratórias ocorridas em decorrência do percentual de 11,98%, referente a conversão da URV – Planos Econômicos, dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais que exerceram o cargo de Escrivão Eleitoral junto ao Tribunal Regional Eleitoral.	Processo n.º 0028883-28.2006.4.01.3800 Pedido procedente em 1ª instância, com reforma parcial em acórdão. Transitado em julgado. Solicitamos a listagem dos escrivães eleitorais relativos aos anos de 1995 e 1997. Juiz intimou a União, que se negou a apresentar documentação. Reiteramos o pedido de exibição de documento. Autos concluso.

PARA MAIS INFORMAÇÕES, ENTRE EM CONTATO COM O DEPARTAMENTO JURÍDICO UTILIZANDO OS CONTATOS ABAIXO:

Hélio: (31)3025-3511 - juridico.helio@serjuszmg.org.br

José Luiz: (31)3025-3517 - juridico.joseluiz@serjuszmg.org.br

Lorena: (31)3025-3512 - juridico.lorena@serjuszmg.org.br

Pollyanna: (31)3025-3509 - juridico.pollyanna@serjuszmg.org.br



WhatsApp Jurídico: (31)99881-9344

